

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 160.171 - DF (2018/0201748-8)**

**RELATORA** : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
**SUSCITANTE** : TERCEIRA TURMA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**SUSCITADO** : SEXTA TURMA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**INTERES.** : VILMA MARIA DE OLIVEIRA GONÇALVES  
**ADVOGADO** : GILMA APARECIDA ÁVILA DA SILVA BALBÉ - MS013516  
**INTERES.** : ARIANA DE MENDONÇA PEDRA E OUTROS  
**ADVOGADO** : JOSÉ BELGA ASSIS TRAD E OUTRO(S) - MS010790

**EMENTA**

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA.  
RECURSO OBJETO DO CONFLITO PREJUDICADO.  
CONFLITO NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

Cuida-se de conflito negativo de competência entre Ministros integrantes da Terceira e Sexta Turmas desta Corte acerca do AREsp 151.174/MS, a mim distribuído em agosto de 2018.

Ao que se tem, o apelo especial impugna acórdão proferido em julho de 2011 pela Segunda Turma Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul assim ementado:

AGRAVO CRIMINAL - EMBARGOS DE TERCEIRO -  
DECISÃO QUE SOBRESTA A AÇÃO EM RAZÃO DAS  
DILIGÊNCIAS EM CAUTELAR DE ESPECIALIZAÇÃO DE  
HIPOTECA - PROTEÇÃO DA MEAÇÃO DA TERCEIRA  
INTERESSADA - DECISÃO SANEADORA DO JUIZ A *QUO*  
MANTIDA - NECESSIDADE DE ACAUTELAMENTO PARA  
VERIFICAÇÃO DA SUFICIÊNCIA DE PATRIMÔNIO DE RÉU  
QUE PODE SER RESPONSABILIZADO CIVILMENTE -  
RECURSO IMPROVIDO.

Mantém-se a decisão sob censura em razão da afirmada incerteza patrimonial e da imprescindibilidade de garantir o resultado útil do processo indenizatório, quer seja pela suposta sentença penal ou por ação cível.

Distribuído o feito à Ministra Nancy Andrighi, foi determinada sua redistribuição no âmbito da Terceira Seção. Para tanto, asseverou a então relatora que "a questão discutida neste processo versa sobre especialização de hipoteca legal visando a constrição de bens para garantia de futura indenização, a qual tramita perante o Juízo da 1ª Vara do Tribunal do Júri de Campo Grande/MS, matéria que foge à competência da 2ª Seção do STJ, a teor do que dispõe o art. 9º, § 1º, XI, do RISTJ" (fl. 521).

Os autos foram redistribuídos ao Ministro Og Fernandes, em maio de 2012. Em outubro de 2013, foram atribuídos à Ministra Marilza Maynard (Desembargadora Convocada do TJ/SE) e, em setembro de 2014, ao Ministro Ericson

Maranhão (Desembargador Convocado do TJ/SP), que proferiu despacho determinando a redistribuição do feito entre os Ministros da Segunda Seção, em outubro de 2015 (fl. 542). Afirmou que "a natureza da ação é cível, por tratar-se de Agravo em Embargos de Terceiro em uma Ação de Especialização de Hipoteca Legal, para garantir futura indenização".

Encaminhados os autos ao Ministro Luis Felipe Salomão, foi determinada a redistribuição entre os integrantes da Terceira Turma, a teor do contido no art. 71, § 1º, do RISTJ.

Em agosto de 2018, suscita o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino este conflito.

Manifesta-se o Ministério Público Federal pela competência da Terceira Seção, resumido o parecer nos seguintes termos:

Conflito de competência negativo. Especialização de hipoteca legal. Medida assecuratória proferida pelo juízo criminal.

A decisão que especializa hipoteca legal, no processo criminal, tem natureza penal e, portanto, recai no âmbito da 3ª Seção do STJ o julgamento de recursos especiais que visam discutir sua validade: a índole penal decorre de sua vinculação ao desfecho da imputação no processo criminal.

Parecer por que se declare a competência do juízo da 3ª Seção.

É o relatório.

Ao que se tem, não há conflito a ser dirimido por perda de objeto.

Com efeito, o AREsp 151.174/MS impugna acórdão proferido em julho de 2011 pela Segunda Turma Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, que manteve o sobrestamento dos embargos de terceiro manejados por Vilma Maria de Oliveira Gonçalves, "para que fosse primeiro, antes do julgamento deles, avaliados todos os bens do casal objetivando verificar a legalidade e proporcionalidade da partilha dos bens na separação consensual, mantendo-se a constrição de todos os bens do casal para garantir futura indenização para a família da vítima de homicídio ao qual foi denunciado seu ex-marido Agnaldo Ferreira Gonçalves" (fl. 424).

Ocorre, todavia, que a sentença penal condenatória proferida na ação penal nº 0075113-35.2009.8.12.0001 já transitou em julgado, dando ensejo ao encaminhamento do respectivo incidente de especialização de hipoteca ao juízo cível, conforme se vê do seguinte acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, extraído da página eletrônica da Corte Estadual:

**E M E N T A – APELAÇÃO CRIMINAL – JÚRI – INCIDENTE DE ESPECIALIZAÇÃO DE HIPOTECA – EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, POR AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL SUPERVENIENTE – PRELIMINAR – ALEGADA INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUÍZO CRIMINAL – TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA – COMPETÊNCIA QUE TRANSMUDA PARA O JUÍZO CÍVEL – INTELIGÊNCIA DO ART. 143 DO CPP – ACOLHIDA – DECISÃO CASSADA – PROSSEGUIMENTO DO INCIDENTE NO JUÍZO CÍVEL – RECURSO PROVIDO.**

Transitada em julgado a sentença penal condenatória, transmuda a competência para a análise do incidente de especialização de hipoteca

ao juízo cível, nos termos do que dispõe o art. 143 do mesmo diploma, devendo ser cassada a decisão proferida no juízo criminal, que extinguiu o processo, sem resolução de mérito, com base no art. 267, VI, do CPC, por ser absolutamente incompetente. Preliminar acolhida.

Outrossim, solicitadas informações ao juízo de origem, noticia a Juíza de Direito da 7ª Vara Cível de Campo Grande - MS que os embargos de terceiro e a especialização de hipoteca legal estão apensados aos autos da Liquidação de Sentença nº 0831569-85.2014.8.12.0001 e suspensos até o julgamento da liquidação.

Nesse contexto, tem-se que a discussão objeto do agravo em recurso especial, relativa ao feito criminal, está prejudicada diante da superveniência do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

A teor do contido no art. 143 do Código de Processo Penal, "passando em julgado a sentença condenatória, serão os autos de hipoteca ou arresto remetidos ao juiz do cível (art. 63)".

Desse modo, nada mais a ser resolvido no AREsp 151.174/MS. Por conseguinte, prejudicado este conflito.

Ante o exposto, não conheço do conflito de competência.

Comuniquem-se os Juízos suscitante e suscitado, bem como o juízo de origem.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

**MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**

Relatora